

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

17

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
RECEITAS CORRENTES	3.239.563.000,00	3.239.563.000,00	3.058.386.704,22	-181.176.295,78
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.983.767.000,00	2.983.767.000,00	2.702.394.035,28	-281.372.964,72
RECEITA PATRIMONIAL	243.154.000,00	243.154.000,00	341.947.176,28	98.793.176,28
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	293.000,00	293.000,00	314.785,07	21.785,07
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.349.000,00	12.349.000,00	13.730.707,59	1.381.707,59
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	34.200,00	34.200,00
OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	34.200,00	34.200,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das receitas (I)	3.239.563.000,00	3.239.563.000,00	3.058.420.904,22	-181.142.095,78
Refinanciamento (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	3.239.563.000,00	3.239.563.000,00	3.058.420.904,22	-181.142.095,78
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III+IV)	3.239.563.000,00	3.239.563.000,00	3.058.420.904,22	-181.142.095,78
SALDOS EXERC. ANTERIORES (UTILIZADOS P/ CRÉD. ADICIONAIS)	0,00	53.000.000,00	44.484.024,50	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	53.000.000,00	44.484.024,50	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	2.666.858.000,00	2.719.858.000,00	2.639.247.241,62	2.638.250.443,29	2.634.836.092,35	80.610.758,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.620.029.000,00	2.672.429.000,00	2.599.806.274,05	2.599.692.961,30	2.599.671.499,05	72.622.725,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.620.000,00	1.620.000,00	1.594.928,89	1.594.928,89	1.594.928,89	25.071,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.209.000,00	45.809.000,00	37.846.038,68	36.962.553,10	33.569.664,41	7.962.961,32
DESPESAS DE CAPITAL	13.980.000,00	13.980.000,00	3.796.039,83	3.715.025,95	3.715.025,95	10.183.960,17
INVESTIMENTOS	10.215.000,00	10.215.000,00	312.140,91	231.127,03	231.127,03	9.902.859,09
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.765.000,00	3.765.000,00	3.483.898,92	3.483.898,92	3.483.898,92	281101,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (VI)	2.680.838.000,00	2.733.838.000,00	2.643.043.281,45	2.641.965.469,24	2.638.551.118,30	90.794.718,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)	2.680.838.000,00	2.733.838.000,00	2.643.043.281,45	2.641.965.469,24	2.638.551.118,30	90.794.718,55
Superávit (IX)	0,00	0,00	415.377.622,77	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VII+IX)	2.680.838.000,00	2.733.838.000,00	3.058.420.904,22	2.641.965.469,24	2.638.551.118,30	90.794.718,55
RESERVA DO RPPS	558.725.000,00	558.725.000,00	0,00	0,00	0,00	558.725.000,00

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS CORRENTES	0,00	379.261,05	206.845,36	177.840,98	172.415,69	29004,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	379.261,05	206.845,36	177.840,98	172.415,69	29004,38
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	123.427,15	89.842,14	89.842,14	33.585,01	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	123.427,15	89.842,14	89.842,14	33.585,01	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	502.688,20	296.687,50	267.683,12	206.000,70	29.004,38

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS CORRENTES	186,67	3.152.504,52	3.152.313,77	0,00	377,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	26.999,05	26.999,05	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	186,67	3.125.505,47	3.125.314,72	0,00	377,42
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	186,67	3.152.504,52	3.152.313,77	0,00	377,42

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

19

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BALANÇO FINANCEIRO

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	6.664.649.544,56	5.728.041.658,38	DISPÊNDIOS	6.664.649.544,56	5.728.041.658,38
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	3.058.420.904,22	2.877.433.993,29	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	2.643.043.281,45	2.397.493.966,88
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	3.058.420.904,22	2.877.433.993,29	Vinculada	2.643.043.281,45	2.397.493.966,88
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	3.058.420.904,22	0,00	270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	2.598.559.256,95	0,00
670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	44.484.024,50	0,00
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	0,00	2.877.433.993,29	RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	0,00	2.397.493.966,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	312.062.302,06	274.760.508,12	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	86.098.001,29	79.050.663,29
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	85.431.708,30	78.708.128,74	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	86.098.001,29	79.050.663,29
Transf. Recebidas Independentes de Execução Orç.	0,00	0,00	Transf. Concedidas Independentes de Execução Orç.	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	226.630.593,76	196.052.379,38	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
RECEBIMENTO EXTRA ORÇAMENTÁRIOS (III)	680.104.451,84	640.766.617,53	PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	679.338.495,47	637.435.141,77
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.077.812,21	502.688,20	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	267.683,12	522.341,01
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.414.350,94	3.152.504,52	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.152.313,77	2.871.926,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	675.612.288,69	632.028.035,17	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	675.918.498,58	632.133.836,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	5.083.389,64	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	1.907.037,92
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	2.614.061.886,44	1.935.080.539,44	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	3.256.169.766,35	2.614.061.886,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.613.737.208,78	1.934.781.600,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.256.095.850,04	2.613.737.208,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	324.677,66	298.938,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	73.916,31	324.677,66
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	6.664.649.544,56	5.728.041.658,38	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	6.664.649.544,56	5.728.041.658,38

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**Economia de água****Consumo consciente de papel e plástico****Lixo no lugar certo****Economia de energia****Cidadão, faça a sua parte para um mundo melhor!**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BALANÇO PATRIMONIAL

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até 14/2017

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.294,51	32.656,73	Obrigações Trab, Previd. e Assist. a CP	5.532.764,59	5.199.478,17
Créditos a Curto Prazo	1.875.840,96	1.252.359,52	Empréstimos e Financiamentos a CP	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	155.258.438,39	140.564.498,19	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	230.002,23	376.614,16
Estoques	79.934,07	97.018,35	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3.182.272,36	2.884.104,52
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Provisões a CP	0,00	0,00
			Demais Obrigações a CP	6.429.717,08	4.771.842,91
Total do Ativo Circulante	157.230.507,93	141.946.532,79	Total do Passivo Circulante	15.374.756,26	13.232.039,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	267.101,53	217.071,07	Obrigações Trab, Previd. e Assist. a LP	69.642.653,65	70.155.859,25
Créditos a longo prazo	239.903,97	194.351,96	Empréstimos e Financiamentos de LP	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	27.197,56	22.719,11	Fornecedores e contas a pagar a LP	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Provisões a LP	2.182.393.865,20	1.271.535.025,19
Investimentos	3.100.821.117,14	2.473.140.053,86	Demais Obrigações de LP	0,00	0,00
Imobilizado	3.918.362,88	5.362.429,78	Resultado Diferido	0,00	0,00
Intangível	725.029,22	705.688,76		0	
Total do Ativo Não Circulante	3.105.731.610,77	2.479.425.243,47	Total do Passivo Não Circulante	2.252.036.518,85	1.341.690.884,44
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio Social/Capital Social	0,00	0,00
			Adiant. Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
			Reservas de Capital	0,00	0,00
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de Lucros	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	995.277.825,59	1.266.448.852,06
			Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			Total do Patrimônio Líquido	995.277.825,59	1.266.448.852,06
TOTAL DO ATIVO	3.262.962.118,70	2.621.371.776,26	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.262.689.100,70	2.621.371.776,26
	0			0	
ATIVO (I)	0		PASSIVO (II)	0	
ATIVO FINANCEIRO	3.256.207.944,73	2.614.102.732,91	PASSIVO FINANCEIRO	4.751.043,94	4.191.088,27
ATIVO PERMANENTE	6.754.173,97	7.269.043,35	PASSIVO PERMANENTE	2.263.738.043,38	1.351.063.207,22
Total do Ativo	3.262.962.118,70	2.621.371.776,26	Total do Passivo	2.268.489.087,32	1.355.254.295,49
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)			SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	994.473.031,38	1.266.117.480,77
COMPENSAÇÕES			COMPENSAÇÕES		
Atos Potenciais Ativos	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Atos Potenciais Passivos	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Garantias e Contragarantias Recebidas	73.916,31	97.646,76	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	39.842,85	39.842,85	Obrigações Contratuais	9.560.761,81	1.957.781,70
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	113.759,16	137.489,61	TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVO	9.560.761,81	1.957.781,70

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

21

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERC. ANTERIOR
FONTES DE RECURSOS		
000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	3.251.456.900,79	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	2.609.911.644,64
670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	0,00	0,00
Total das Fontes de Recursos	3.251.456.900,79	2.609.911.644,64

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES



Ilustração: Juliana Dadalto

Assédio
já é passar
do ponto.
Não aceite.

Denuncie:
181

CETURB GV

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria dos Transportes
e Obras Públicas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	3.379.106.174,19	3.158.704.033,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	914.825.056,99	945.600.357,63
Contribuições Sociais	914.825.056,99	945.600.357,63
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	314.785,07	290.045,07
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos, e Prestação de Serviços	314.785,07	290.045,07
VPA - Financeiras	350.094.263,48	339.805.085,57
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	163.825,36	457.827,48
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de D. Bancários e A. Financeiras	349930438,12	0,00
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras	0,00	339.347.258,09
Transferências e Delegações Recebidas	2.099.872.934,38	1.847.825.830,94
Transferências Intra Governamentais	2.099.872.934,38	1.847.825.830,94
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	82.883,33	11.879,59
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com incorporação de Ativos	76.218,66	3.542,51
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.664,67	8.337,08
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	13.916.250,94	25.170.834,60
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	5.068.313,81
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	13.916.250,94	20.102.520,79
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.379.106.174,19	3.158.704.033,40
	0	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	3.650.277.200,66	2.818.204.958,69
Pessoal e Encargos Sociais	48.145.881,39	11.346.185,60
Remuneração a Pessoal	45.892.190,91	9.473.442,66
Encargos Patronais	1.603.472,30	1.692.498,75
Benefícios a Pessoal	272.205,56	149.177,09
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	378.012,62	31.067,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.543.706.465,73	2.338.255.276,97
Aposentadoria e Reformas	2.107.854.830,51	1.914.830.469,47
Pensões	435.580.472,74	423.077.708,40
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	271.162,48	347.099,10
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.992.513,02	6.464.658,71
Uso de Material de Consumo	60.756,93	66.025,16
Serviços	5.931.756,09	6.398.633,55
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
VPD - Financeiras	4.930.628,54	7.949.575,13
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	2037,22	298,88
Variações Monetárias e Cambiais	4.928.591,32	7.927.769,46
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	21.506,79
Transferências e Delegações Concedidas	94.211.479,95	88.033.553,37
Transferências Intra Governamentais	94.211.479,95	88.033.553,37
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências para Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.708.976,19	2.286.393,70
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	7.983.261,84	1.891.962,09
Perdas com alienação	207015,31	0,00
Perdas Involuntárias	1504480,30	0,00
Desincorporação de Ativos	14.218,74	394.431,61
Tributárias	30.682.514,43	28.481.144,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.054,94	5.085,96
Contribuições	30.676.459,49	28.476.058,17
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	912.898.741,41	335.388.171,08
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Constituição das Provisões	910.858.840,01	332.690.013,98
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.039.901,40	2.698.157,10
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.650.277.200,66	2.818.204.958,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	271.171.026,47	340.499.074,71

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

23

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até 14/2017

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.448.852,06	0,00	1.266.448.852,06
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.018,00	0,00	273.018,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.171.026,47	0,00	271.171.026,47
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	995.550.843,59	0,00	995.550.843,59

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

www.dio.es.gov.br

DIZEM QUE PRA VALER,
A LEI TEM QUE

SAIR DO PAPEL.

NÃO É À TOA
QUE SOMOS

100%
DIGITAL.

DESDE 1890

O QUE FAZ O ESPÍRITO SANTO SE DESENVOLVER SAI PRIMEIRO AQUI.

IMPrensa Oficial/ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	4.045.064.400,25	3.784.432.882,81
Receitas Derivadas e Originárias	3.058.386.704,22	2.877.433.993,29
Transferências correntes recebidas	312.062.302,06	274.760.508,12
Outros ingressos operacionais	674.615.393,97	632.238.381,40
DESEMBOLSOS	3.398.935.090,90	3.104.972.482,77
Pessoal e Demais Despesas	2.636.571.318,21	2.392.377.911,20
Juros e Encargos da Dívida	1.594.928,89	1.173.986,83
Transferências concedidas	86.098.001,29	79.050.663,29
Outros Desembolsos Operacionais	674.670.842,51	632.369.921,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)	646.129.309,35	679.460.400,04
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	34.200,00	5.068.313,81
Alienação de Bens	34.200,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	5.068.313,81
DESEMBOLSOS	320.969,17	2.089.207,13
Aquisição de Ativo Não Circulante	320.969,17	197.245,04
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	0,00	1.891.962,09
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	286.769,17	2.979.106,68
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamento	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	3.483.898,92	3.483.898,92
Amortização/Refinanciamento da Dívida	3.483.898,92	3.483.898,92
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-3.483.898,92	-3.483.898,92
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	642.358.641,26	678.955.607,80
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	642.358.641,26	678.955.607,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.613.737.208,78	1.934.781.600,98
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.256.095.850,04	2.613.737.208,78

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 1 – QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	2.702.394.035,28	2.516.564.656,13
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	314.785,07	290.045,07
Remuneração das Disponibilidades	341.947.176,28	339.347.258,09
Outras Receitas Derivadas e Originárias	13.730.707,59	21.232.034,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	3.058.386.704,22	2.877.433.993,29

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 2 – QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	312.062.302,06	274.760.508,12
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	312.062.302,06	274.760.508,12
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	86.098.001,29	79.050.663,29
Total das Transferências Concedidas	86.098.001,29	79.050.663,29

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 3 – QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
04 - ADMINISTRAÇÃO	186,67	3.328.010,38
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.636.190.804,28	2.388.596.598,51
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	380.327,26	453.302,31
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	2.636.571.318,21	2.392.377.911,20

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 4 – QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	1.594.928,89	1.173.986,83
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	1.594.928,89	1.173.986,83

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO DE 2017*(Valores expressos em reais (R\$) exceto quando indicado de outras formas)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa financeira e patrimonial em relação ao poder executivo, criado pela Lei nº 615, de 31 de dezembro de 1951, mais somente em 18 de dezembro de 1997, LC nº 109, foi instituído o sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares e seus dependentes, com o objetivo de conceder benefícios decorrentes do plano de programa único de previdência.

Em 2004, com a edição da Lei Complementar nº 282, passou garantir ao segurado a aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez, e quanto ao beneficiário à pensão por morte e auxílio reclusão, unificou e reorganizou o Regime de Previdência dos servidores do Estado do Espírito Santo. Dentre as reorganizações, destaca-se a adoção da segregação de massas por meio da criação dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Art. 49.

Os recursos de que o IPAJM dispõe são oriundos das contribuições, servidor (11%) e patronal (22%), e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e o definido na Política de Investimentos Anual, aprovada pelo Conselho Administrativo do Instituto de Previdência.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de carteiras de ativos, sendo separadas por Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário e Administração IPAJM. Para controle geral foi criada uma carteira consolidada, englobando os ativos de todas as carteiras, apenas para fins de relatórios gerenciais.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

O IPAJM administra dois fundos de benefícios, com CNPJ próprio, quais são:

- **O Fundo Financeiro (FF)** destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual, aos aposentados e pensionistas que já recebiam benefícios previdenciários do Estado até 26/04/2004 (data de publicação da LC nº 282/2004), e aos seus respectivos dependentes.

- **O Fundo Previdenciário (FP)** destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram ou que venham a ingressar no serviço público estadual a partir da referida data, e aos seus respectivos dependentes.

2.1 PARTICIPANTES

Servidores	FUNDO FINANCEIRO				FUNDO PREVIDENCIÁRIO		
	<i>Ativo</i>	<i>Inativo</i>	<i>Pensionistas</i>		<i>Ativo</i>	<i>Inativo</i>	<i>Pensionistas</i>
Nº de Beneficiários	16.350	32.613	6.396		19.598	1.364	158
Total		55.359				21.120	

Fonte: Avaliação Atuarial (DRAA 2018) - Data Base setembro/2017.

No Fundo Previdenciário houve acréscimo de beneficiários Inativos e Pensionistas, em relação a 2016, devido a compra de vidas do Fundo Financeiro, Proc. 76193624. O quantitativo autorizado foi de 1.438 segurados, sendo estes transferidos em janeiro/2017 e o critério adotado para transferência foram os mais idosos.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do ES-Previdência foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES e estão apresentadas de forma consolidada, englobando o **IPAJM**, o **Fundo Financeiro** e o **Fundo Previdenciário**.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Inciso II do art. 53, da Lei 282, de 26 de abril de 2004, e alterada pela Lei Complementar 539, da Lei nº 9.717, de 27/11/1998 e da Portaria MPS nº 95, de 06 de março de 2007, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria MPS nº 916/2003. Observou, ainda, as diretrizes estabelecidas pelo Secretário da Previdência Social – MPS quanto ao PCASP Estendido, as normas de finanças públicas da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e instruções normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa, ambas devidamente contidas na Lei Orçamentária Anual nº **10.614**, de 29 de dezembro de 2016, bem como foram aprovadas pelo Conselho Administrativo em 27/09/2016, ATA nº 001, processo 75488698.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

O **Balanco Patrimonial** apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Instituto em 31 de dezembro de 2016. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos do Instituto no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

27

resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Ainda demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas.

O **Balanco Orçamentário** demonstra as receitas previstas e despesas fixadas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais. A análise do Balanco Orçamentário é de extrema importância para a definição dos indicadores de avaliação da gestão orçamentária, especialmente no que se refere à política fiscal pelo impacto da arrecadação das receitas e da execução da despesa pública.

No **Balanco Financeiro**, os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Instituto durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações ativas e passivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no balanço patrimonial. A Lei nº 4.320/1964, em seu Anexo 15, estabelece a estrutura da DVP, demonstrando as variações ativas e as variações passivas, destacando as operações orçamentárias (resultantes da execução do orçamento) e as extras orçamentárias (independentes da execução do orçamento). Cumpre lembrar que o resultado patrimonial não deve ser confundido com o resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)**, facultativa para aos órgãos e entidades dos entes da Federação, que é um instrumento utilizado para evidênciação das variações dos elementos do patrimônio líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente na evolução do patrimônio líquido.

A **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)**, elaborada pelo método direto, evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa de curto prazo verificadas no exercício. Esta permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas notas explicativas constantes deste relatório.

3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário consolidado do exercício foi **superavitário em R\$ 415.377.622,77**, o qual detalhamos por unidade gestora:

UG 600201 – IPAJM – Unidade Gestora criada para administrar os Fundos Financeiros e Previdenciários, sustentado com recursos provenientes do repasse feito pelos Fundos, de **até 1,5%** das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, denominada Taxa de Administração. Pelo Balanco Orçamentário apresentado, abaixo, esta unidade gestora apresenta **DÉFICIT no valor de R\$ 60,2 milhões**.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
Acumulado até Dezembro/2017						
Anexo XII, da Lei 4.320/64						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
RECEITAS CORRENTES	3.492.000,00	3.492.000,00	1.807.467,63	-1.684.532,37		
RECEITA PATRIMONIAL	3.172.000,00	3.172.000,00	1.457.472,39	-1.714.527,61		
RECEITA DE SERVIÇOS	293.000,00	293.000,00	314.785,07	21.785,07		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.000,00	27.000,00	35.210,17	8.210,17		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	34.200,00	34.200,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	34.200,00	34.200,00		
Subtotal das receitas (I)	3.492.000,00	3.492.000,00	1.841.667,63	-1.650.332,37		
Refinanciamento (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento	3.492.000,00	3.492.000,00	1.841.667,63	-1.650.332,37		
Déficit Total (IV)	78.008.000,00	0,00	60.242.373,90	0,00		
TOTAL (V) = (III+IV)	81.500.000,00	3.492.000,00	62.084.041,53	-1.650.332,37		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	67.520.000,00	67.520.000,00	58.288.001,70	57.292.511,97	53.878.161,03	9.231.998,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.390.000,00	26.790.000,00	18.847.034,13	18.735.029,98	18.713.567,73	7.942.965,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.620.000,00	1.620.000,00	1.594.928,89	1.594.928,89	1.594.928,89	25.071,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.510.000,00	39.110.000,00	37.846.038,68	36.962.553,10	33.569.664,41	1.263.961,32
DESPESAS DE CAPITAL	13.980.000,00	13.980.000,00	3.796.039,83	3.715.025,95	3.715.025,95	10.183.960,17
INVESTIMENTOS	10.215.000,00	10.215.000,00	312.140,91	231.127,03	231.127,03	9.902.859,09
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.765.000,00	3.765.000,00	3.483.898,92	3.483.898,92	3.483.898,92	281.101,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (VI)	81.500.000,00	81.500.000,00	62.084.041,53	61.007.537,92	57.593.186,98	19.415.958,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) =	81.500.000,00	81.500.000,00	62.084.041,53	61.007.537,92	57.593.186,98	19.415.958,47
Superávit (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VII+IX)	81.500.000,00	81.500.000,00	62.084.041,53	61.007.537,92	57.593.186,98	19.415.958,47

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

O déficit está relacionado à taxa de administração repassada pelos fundos via interferência financeira (extra orçamentária), registrado contabilmente na conta 451120300 – Sub-Repasse Recebido. Em 31/12/2017, esta conta totalizava recebimentos no valor de R\$ 80.533.382,90, desta forma, ao somarmos com as receitas realizadas/arrecadadas com: rendimentos, restituições de consignatárias e recebimentos ou restituições diversas (R\$ 1.841.667,63), **totaliza o valor de R\$ 82.375.050,53** de disponibilidades que ingressaram nas contas do IPAJM para custeio/administração dos fundos previdência do Estado.

No decorrer de 2017, houveram descentralizações orçamentárias ao PRODEST para atender despesas com a manutenção do SIARHES no montante de **R\$ 587.480,24 - Portaria nº 001-R, de 20/01/2017, e Portaria nº 007-R, de 05/09/2017**. A prestação de contas foi realizada e aprovada pelo Presidente Executivo do IPAJM, processo nº 76732282; também, houve descentralização orçamentária ao IOPES para demolição da antiga sede do IPAJM no montante de **R\$ 333.660,98 - Portaria nº 003-R, de 23/03/2017, e Portaria nº 004-R, de 08/05/2017**. Do total descentralizado orçamentariamente para IOPES, houve cancelamento do montante de R\$ 137.943,61, atendendo a determinação do Decreto nº 3541-R, e posteriormente foi verificado a necessidade de anular mais um valor de R\$ 68.575,64, realizado por meio da Portaria nº 010-R, de 15/02/2018.

Considerando as descentralizações, abaixo demonstrando os gastos com as principais despesas e a variação ocorrida em relação ao exercício de 2016:

Descrição das Principais Despesas	Natureza da Despesa	Total das Despesas Liquidadas e A Liquidar Exercício de 2017	Total das Despesas Liquidadas e A Liquidar Exercício de 2016	Varição	Composição da Despesa de 2017
PASEP - Parcelamento - Receita Federal	4 e 2 - Despesa com dívidas	5.078.827,81	4.657.885,75	9,04%	8,09%
PASEP - Apuração Mensal - Receita Federal	3 - Despesa de custeio	30.927.653,04	28.475.000,00	8,61%	49,25%
Pessoal e Encargos	1 - Despesa de pessoal	10.733.555,47	10.382.804,86	3,38%	17,09%
Aporte - Cobertura de Insuficiência Financeira	1 - Despesa de pessoal	8.113.478,66	8.982.890,08	-9,68%	12,92%
Despesa de Capital	4 - Despesa de Capital	231.127,03	257.393,19	-10,20%	0,37%
Setenças Judiciais - OPV	3 - Despesa de custeio	102.150,30	109.461,64	-6,68%	0,16%
Outras Despesas de Custeio	3 - Despesa de custeio	7.608.871,19	6.715.788,94	13,30%	12,12%
Total		62.795.663,50	59.581.224,46	5,40%	100,00%

NOTAS:

Adicionado em Outras Despesas de Custeio as descentralizações orçamentárias feitas ao PRODEST - R\$ 587.480,24 e ao IOPEs - R\$ 127.141,73, no exercício de 2017.

Nas despesas com o PASEP Mensal está incluso o valor de R\$ 190.792,17 relativo ao PASEP de competência 12/2016, pois o valor empenhado foi insuficiente no exercício de 2016 e não havia mais possibilidade de reforço, por que o valor só é apurado no início de janeiro.

A queda no pagamento do aporte se deve a uma diferença de exercícios anteriores cobrada pelos inativos e pago em folha no decorrer de 2016.

Com as adições feitas e esclarecidas acima, o IPAJM apresenta em 2017 um resultado positivo de **R\$ 19.579.387,03** (total de receitas R\$ 82.375.050,53 – total de despesas R\$ 62.795.663,50).

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento aprovado devido a uma alteração na proposta de fixação de despesa para custeio, onde houve redução em R\$ 6 milhões, ação 2070 – Adm. Da Unidade, e adicionando em despesas com pessoal, ação 2095 – Rem. De Pessoal Ativos e Encargos. Conforme orientação contida no processo 76703592, foram realizados os remanejamentos internos e alteração de QDD necessários para viabilizar a execução orçamentária de acordo com as necessidades da autarquia. Os procedimentos citados foram realizados por meio dos Decretos: nº 708-S, de 04/05/2017, nº 1546-S, de 09/10/2017, nº 1877-S, de 06/12/2017, e o de nº 1679-S (processo 79890466), de 08/12/2017, totalizando R\$ 2,2 milhões. Todas as solicitações foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Instituto.

UG 600210 – FUNDO FINANCEIRO – Pelo Balanço Orçamentário apresentado abaixo, esta unidade gestora apresenta **DÉFICIT no valor de R\$ 133,9 milhões**.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
600210 - FUNDO FINANCEIRO
Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS CORRENTES	2.616.099.000,00	2.616.099.000,00	2.365.042.115,17	-251.056.884,83
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.602.686.000,00	2.602.686.000,00	2.339.816.504,20	-262.869.495,80
RECEITA PATRIMONIAL	1.104.000,00	1.104.000,00	11.757.834,16	10.653.834,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.309.000,00	12.309.000,00	13.467.776,81	1.158.776,81
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das receitas (I)	2.616.099.000,00	2.616.099.000,00	2.365.042.115,17	-251.056.884,83
Refinanciamento (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	2.616.099.000,00	2.616.099.000,00	2.365.042.115,17	-251.056.884,83
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	133.973.847,97	0,00
TOTAL (V) = (III+IV)	2.616.099.000,00	2.616.099.000,00	2.499.015.963,14	-251.056.884,83

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	2.556.099.000,00	2.556.099.000,00	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	57.083.036,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.550.000.000,00	2.550.000.000,00	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	50.984.036,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.099.000,00	6.099.000,00	0,00	0,00	0,00	6.099.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (VI)	2.556.099.000,00	2.556.099.000,00	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	57.083.036,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)	2.556.099.000,00	2.556.099.000,00	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	57.083.036,86
Superávit (IX)	60.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII+IX)	2.616.099.000,00	2.556.099.000,00	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	57.083.036,86
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

O déficit no balanço orçamentário está relacionado ao aporte dos Outros Poderes e devolução de taxa de administração, pois seu repasse deu-se por interferência financeira (extra orçamentária), totalizando o valor de R\$ 230.480.677,52, desta forma, ao somarmos com as receitas realizadas/arrecadadas (menos as deduções) de compensação previdenciária, rendimentos, contribuições, aporte para cobertura de insuficiência financeira e recebimentos ou restituições diversas (R\$ 2.365.042.115,17), **totaliza o valor de R\$ 2.595.522.792,69** de disponibilidades que ingressaram nas contas do Fundo Financeiro para pagamento de benefícios previdenciários no exercício de 2018. No quadro abaixo, demonstramos a composição a arrecadação da receita do Fundo Financeiro:

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

29

Recebimentos Extra Orçamentários	De Aporte	Contribuição de ATIVO		Contribuição de Inativo	Contribuição Pensionistas	Outros	Total Revido	Percentua
		Servidor	Patronal					
ALES	22.161.723,40	-	-	-	-	-	22.161.723,40	0,85%
TCEES	24.182.134,62	-	-	-	-	-	24.182.134,62	0,93%
TJES	146.315.268,49	-	-	-	-	-	146.315.268,49	5,64%
MPES	33.971.467,25	-	-	-	-	-	33.971.467,25	1,31%
Devolução - Taxa de Adm. recebida em 2016	-	-	-	-	-	3.850.083,76	3.850.083,76	0,15%
Sub Total	226.630.593,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.850.083,76	230.480.677,52	8,88%
Recebimentos Orçamentários	De Aporte	Contribuição de ATIVO		Contribuição de Inativo	Contribuição Pensionistas	Outros	Total Revido	Percentua
		Servidor	Patronal					
ALES	-	4.691.680,96	9.383.361,92	-	-	-	14.075.042,88	0,54%
TCEES	-	4.150.190,58	8.300.381,16	-	-	-	12.450.571,74	0,48%
TJES	-	36.151.758,77	72.301.227,13	-	-	-	108.452.985,90	4,18%
MPES	-	9.359.815,18	18.538.883,37	-	-	-	27.898.698,55	1,07%
DFES	-	634.886,55	1.269.850,09	-	-	-	1.904.736,64	0,07%
FES	126.759.680,60	20.913.473,30	41.855.659,99	-	-	-	189.528.813,89	7,30%
SEDU/FUNDEB	717.958.661,60	13.584.437,90	27.168.968,16	-	-	-	758.712.067,66	29,23%
Pessoal Militar	450.195.631,88	42.137.212,22	107.507.855,21	-	-	-	599.840.699,31	23,11%
Demais Unidades Gestoras da Adm. DIRETA	408.813.092,08	22.194.098,77	21.315.143,72	-	-	-	452.322.334,57	17,43%
Unidades Gestoras da Adm. INDIRETA	84.083.566,16	4.799.433,79	9.574.453,59	-	-	-	98.457.453,54	3,79%
600210 - Fundo Financeiro	-	4.611.616,29	2.492.595,76	54.528.335,88	15.123.675,90	0,00	76.756.223,83	2,96%
(-) Dedução da Receita (Conta 621300000)	-	-	-	-	-	-583.124,31	-583.124,31	-0,02%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	11.757.834,16	11.757.834,16	0,45%
Rec. de Compensação Previdenciária-INSS	-	-	-	-	-	11.415.005,45	11.415.005,45	0,44%
Juros Recebidos	-	-	-	-	-	54.755,11	54.755,11	0,00%
Restituições de Benefícios e Parcel. Recebidos	-	-	-	-	-	1.998.016,25	1.998.016,25	0,08%
Sub Total	1.787.810.632,32	163.228.604,31	319.708.380,10	54.528.335,88	15.123.675,90	24.642.486,66	2.365.042.115,17	91,12%
Total GERAL	2.014.441.226,08	163.228.604,31	319.708.380,10	54.528.335,88	15.123.675,90	28.492.570,42	2.595.522.792,69	100,00%

Sobre os números apresentados, destacamos o valor da contribuição patronal de ativos evidenciado na conta 621200000 - Receita Realizada totalizam R\$ 319.708.380,10, conforme quadro acima, diverge do valor evidenciado na conta de controle 794710000 (R\$ 319.709.840,75), a diferença de R\$ 1.460,65 refere-se a juros recebidos do TJES e SECULT registrados indevidamente na conta de controle de contribuição patronal como contribuição recebida, conforme documentos 2017OB01450 e 2017OB01177 respectivamente. O valor de R\$ 4.611.616,29 - Contr. Servidor, referem-se a valores arrecadados de pessoal cedido a outro Ente e de contribuição que incidiu sobre Precatórios retidos e pagos no exercício pelo TJES. O valor de R\$ 2.492.595,76 - Contr. Patronal referem-se a valores arrecadados de pessoal cedido a outro Ente. O registro como receita orçamentária (modalidade 91) do "aporte", está de acordo com o que determina o art. 14, § 1º, da LDO nº 10.566, de 20/07/2016.

No quadro a abaixo, demonstramos os gastos com pagamento de benefícios previdenciários e transferência da taxa de administração empenhados/transferidos pelo fundo FF no exercício de 2017:

Despesas com Benefícios Previdenciários e Outras	Inativos	Pensionistas	Desp. Exerc. Anteriores	Outras Despesas	Total	Percentual
ALES	29.986.305,82	6.421.370,89	286.257,06	252.300,30	36.946.234,07	1,48%
TCEES	31.922.158,61	5.649.564,56	18.763,04	189.800,00	37.780.286,21	1,51%
MPES	41.646.861,92	19.221.398,02	545.621,87	39.000,00	61.452.881,81	2,46%
DFES	12.927.504,69	1.132.544,41	6.448,85	81.500,00	14.147.997,95	0,57%
TJES	179.331.370,80	45.993.518,99	25.291.515,77	1.015.249,60	251.631.655,16	10,07%
TJES - Cartorários	5.673.958,49	4.026.333,60	45.480,78	0,00	9.745.772,87	0,39%
SESA/FES	165.561.463,27	19.523.638,10	493.954,52	3.602.479,27	189.181.535,16	7,57%
SEDU/FUNDEB	671.267.276,57	34.506.449,66	21.468.023,25	18.783.574,59	746.025.324,07	29,85%
Pessoal Militar	445.465.673,39	122.155.915,48	2.813.276,25	6.628.956,73	577.063.821,85	23,09%
Demais Unidades Gestoras da Adm. DIRETA	311.820.160,77	152.587.258,10	6.365.243,22	3.795.623,10	474.568.285,19	18,99%
Unidades Gestoras da Adm. INDIRETA	89.946.882,28	8.327.705,56	418.615,06	1.506.499,70	100.199.702,60	4,01%
Setenças Judiciais	-	-	-	271.162,48	271.162,48	0,01%
Subtotal	1.985.549.616,61	419.545.697,37	57.753.199,67	36.166.145,77	2.499.014.659,42	100,00%
Pagamentos/Transferências Extra Orçamentários						
Taxa de Administração - IPAJM	-	-	-	62.115.333,13	62.115.333,13	
Total	1.985.549.616,61	419.545.697,37	57.753.199,67	98.281.478,90	2.561.129.992,55	

Sobre os valores apresentados destacamos o pagamento de "abono/gratificação anual" dada pelo Governo do Estado, onde concedeu o valor de R\$ 1.000,00 para cada CPF de servidor ativo, inativo e pensionistas. Isto, representou um acréscimo na despesa de pessoal na ordem de R\$ 35.894.983,29 concedidos a inativos e pensionistas do Fundo Financeiro, este evidenciado na coluna de Outras Despesas do quadro acima. Assim, considerando os recursos que realmente ingressaram na conta do Fundo Financeiro (R\$ 2.595.522.792,69) e o valor empenhado demonstrado no balanço orçamentário mais as transferências extra orçamentárias, relativo a taxa de administração para o IPAJM, (R\$ 2.561.129.992,55), o resultado do Fundo Financeiro passa a ser **positivo em R\$ 34.392.800,14**.

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e as anulações foram de ações que estavam orçadas a maior. O montante de crédito suplementar no exercício foi de R\$ 92.720.000,00, conforme Decretos: nº 1584-S, de 17/10/2017 e o de nº 1963-S, de 19/12/2017, todos aprovados pelo Conselho de Administração do Instituto. No que se refere a Crédito Adicional Especial ou extraordinário, estes instrumentos não foram utilizados pelo Fundo no exercício de 2017.

UG 600211 – FUNDO PREVIDENCIÁRIO – Pelo Balanço Orçamentário apresentado abaixo, esta unidade gestora apresenta **SUPERÁVIT no valor de R\$ 609,5 milhões**.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO						
Acumulado até Dezembro/2017						
Anexo XII, da Lei 4.320/64						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
RECEITAS CORRENTES	619.972.000,00	619.972.000,00	691.537.121,42	71.565.121,42		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	381.081.000,00	381.081.000,00	362.577.531,08	-18.503.468,92		
RECEITA PATRIMONIAL	238.878.000,00	238.878.000,00	328.731.869,73	89.853.869,73		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.000,00	13.000,00	227.720,61	214.720,61		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal das receitas (I)	619.972.000,00	619.972.000,00	691.537.121,42	71.565.121,42		
Refinanciamento (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com refinanciamento (III) = (I+II)	619.972.000,00	619.972.000,00	691.537.121,42	71.565.121,42		
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (V) = (III+IV)	619.972.000,00	619.972.000,00	691.537.121,42	71.565.121,42		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	53.000.000,00	44.484.024,50	-		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	53.000.000,00	44.484.024,50	-		
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	-		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-a)
DESPESAS CORRENTES	43.239.000,00	96.239.000,00	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	14.295.723,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.639.000,00	95.639.000,00	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	13.695.723,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (VI)	43.239.000,00	96.239.000,00	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	14.295.723,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)	43.239.000,00	96.239.000,00	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	14.295.723,22
Superávit (IX)	576.733.000,00	0,00	609.593.844,64	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VII+IX)	619.972.000,00	654.964.000,00	691.537.121,42	81.943.271,90	81.943.271,90	14.295.723,22
RESERVA DO RPPS	558.725.000,00	558.725.000,00	0,00	0,00	0,00	558.725.000,00

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Destacamos que, em 2016, por meio de Ofício/IPAJM/GPE/Nº 0671/2016, o IPAJM fez consulta formal a SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL solicitando a revisão da segregação da massa de segurados objeto da Lei Complementar Estadual nº 282, de 2004, onde submete a aprovação, em consonância com ao artigo 22 da Portaria MPS nº 403/20018. **Em 21/11/2016**, a SEG-ES recebeu o PARECER TÉCNICO Nº 177/2016/MF/SPPS/DRPSP/CGACI/CCOAT, emitido pela SPPS, onde analisou o solicitado e concluiu pela aprovação da revisão da segregação de massa (processo nº 76193624), desde que:

- " 15.1 – Sejam Transferidos do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário até 1.438 segurados que representam R\$ 592.882.292,81 de obrigações previdenciárias e solvência expressa pelo índice de cobertura de 1,25.
- 15.2 – O texto legal a ser aprovado reflita as considerações que viabilizam a alteração da segregação da massa, nos termos tratados no item 14 deste Parecer. "
- Para a devida adequação, foi providenciado alteração na LC 282/2004 por meio da LC 836/2016, especificamente no art. 50, que descreve:
- "Art. 50.** Fica facultada a transferência de parte de provisão matemática das aposentadorias e respectivas pensões vinculadas ao Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário, por meio da utilização de seu superávit, condicionando-se:
- I** - a preservação da margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento) de superávit técnico com o fito de resguardar o seu equilíbrio financeiro e atuarial;
- II** - o valor a ser utilizado para transferência fica limitado ao aprovado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Fazenda, apurado em estudo atuarial elaborado para esta finalidade. (NR) (Artigo 50 nova redação dada pela Lei Complementar nº 836 que incluiu os incisos I e II)"

Para atender a essa nova despesa, utilizamos o valor de R\$ 53.000.000,00 do superávit financeiro de exercícios anteriores, processo 77254180, para abertura de crédito adicional, uma vez que a proposta orçamentária foi encaminhada anterior a publicação da LC 836/2017. Assim, o orçamento aprovado no total de R\$ 619.972.000,00 passou para R\$ 654.964.000,00, conforme demonstrado na dotação atualizada no quadro acima.

Com isto, em 2017 há um aumento de despesa de pessoal no Fundo Previdenciário, em relação ao exercício de 2016, provocado pelo gasto com a compra de vidas, representando **86,8132% do total da despesa** liquidada e pago pelo Fundo Previdenciário (R\$ 81.943.271,90). No quadro abaixo, demonstramos os valores pagos por mês do pessoal que tiveram a vida comprada ou vindos do FF, bem como o quantitativo:

Compra de Vidas - Servidores Inativos - Exercício de 2017													
	<i>Janeiro</i>	<i>Fevereiro</i>	<i>Março</i>	<i>Abril</i>	<i>Maio</i>	<i>Junho</i>	<i>Julho</i>	<i>Agosto</i>	<i>Setembro</i>	<i>Outubro</i>	<i>Novembro</i>	<i>Dezembro</i>	<i>Total</i>
Total das Vantagens	5.871.422,97	5.808.241,48	5.766.455,36	5.826.959,78	5.759.338,88	5.748.709,22	5.809.483,57	5.792.897,98	5.770.860,38	5.599.872,13	5.469.555,37	5.506.523,32	68.730.320,44
Vencimentos Mensais	5.470.009,76	5.438.304,96	5.380.564,18	5.357.396,49	5.332.243,50	5.271.106,75	5.347.276,64	5.287.569,13	5.212.680,60	5.136.684,94	5.087.676,35	5.067.070,39	63.888.583,69
13º Salário	401.413,21	369.936,52	385.891,18	469.563,29	427.095,38	477.602,47	462.206,93	505.328,85	558.179,78	463.187,19	381.879,02	439.452,93	5.341.736,75
Total das Anulações	120.220,72	123.162,50	104.472,74	118.384,03	112.024,45	109.695,91	141.729,84	155.194,22	113.441,28	121.545,56	137.986,48	101.940,87	1.459.798,60
Despesa Líquida - Liquidado	5.751.202,25	5.685.078,98	5.661.982,62	5.708.575,75	5.647.314,43	5.639.013,31	5.667.753,73	5.637.703,76	5.657.419,10	5.478.326,57	5.331.568,89	5.404.582,45	67.270.521,84
Quantitativo	1288	1279	1268	1260	1249	1237	1229	1216	1207	1189	1172	1169	

Compra de Vidas - Pensionistas - Exercício de 2017													
	<i>Janeiro</i>	<i>Fevereiro</i>	<i>Março</i>	<i>Abril</i>	<i>Maio</i>	<i>Junho</i>	<i>Julho</i>	<i>Agosto</i>	<i>Setembro</i>	<i>Outubro</i>	<i>Novembro</i>	<i>Dezembro</i>	<i>Total</i>
Total das Vantagens	290.468,53	363.592,41	291.205,24	292.665,03	315.052,10	371.396,35	351.363,51	381.564,94	312.083,40	326.743,29	389.881,33	416.753,04	4.102.769,17
Vencimentos Mensais	281.169,66	336.111,58	291.205,24	289.557,85	303.275,87	353.593,29	309.958,32	309.958,15	308.391,27	326.743,29	373.576,96	310.269,59	3.793.811,07
13º Salário	9.298,87	27.480,83		3.107,18	11.776,23	17.803,06	41.405,19	71.606,79	3.692,13		16.304,37	106.483,45	308.958,10
Total das Anulações	18.374,28	20.821,06	12.346,26	14.710,23	16.765,23	31.271,78	21.340,47	17.480,24	17.318,35	23.040,63	19.127,30	23.147,97	235.743,80
Despesa Líquida - Liquidado	272.094,25	342.771,35	278.858,98	277.954,80	298.286,87	340.124,57	330.023,04	364.084,70	294.765,05	303.702,66	370.754,03	393.605,07	3.867.025,37
Quantitativo	36	40	42	42	44	47	47	47	46	46	45	45	
TOTAL da Despesa Líquida	6.023.296,50	6.027.850,33	5.940.841,60	5.986.530,55	5.945.601,30	5.979.137,88	5.997.776,77	6.001.788,46	5.952.184,15	5.782.029,23	5.702.322,92	5.798.187,52	71.137.547,21
Quantitativo total	1324	1319	1310	1302	1293	1284	1276	1263	1253	1235	1217	1214	

FONTE: SIARHES

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

31

Ao analisar, podemos perceber que em janeiro o número de beneficiários efetivamente transferidos ao FP foi inferior aos 1438 definidos como limite pela Secretaria de Previdência. Quanto a exigência de manter o percentual de 25% do superávit técnico como solvência, a empresa de atuaria (ETAA) elaborou novos estudos para o DRAA – base DEZ/2017, já considerando a compra de vidas, onde apurou superávit atuarial no montante de R\$ 920.293.825,39. Para comprovação da margem exigida, foi elaborado o seguinte cálculo:

Total de Disponibilidade e Imóveis	R\$	3.102.687.690,60
Margem de Segurança / Solvência (R\$ 3.102.687.690,60/-1,25)+R\$ 3.102.687.690,60	R\$	620.537.538,12
Total Disponível para Comprometimento	R\$	2.482.150.152,48
Total da Provisão Matemática para o FP apurado com base em DEZ/2017	R\$	2.182.393.865,21
Sobra (acima dos 25%) ou Margem de Segurança / Solvência Comprometida	R\$	299.756.287,27

FONTE: Avaliação Atuarial de 2018.

A metodologia utilizada teve o intuito de demonstrar um menor valor para o total disponível para comprometimento. Todavia, a sobra verificada é resultado das contribuições recebidas e dos rendimentos que o Instituto vem conseguindo obter nas aplicações de recursos, conforme meta atuarial definida na política de investimentos, sendo somente a contribuição recebida (R\$ 362.577.531,08) ser suficiente para pagar as despesas do exercício (R\$ 81.943.271,90).

Também destacamos o repasse relativo à taxa de administração ao IPAJM no valor de **R\$ 18.418.049,77**, transferido via interferência financeira (extra orçamentária) à conta contábil 351120300 – Sub-Repasso Concedido, bem como a devolução de taxa de administração, pela não utilização no exercício de 2016, no montante de **R\$ 1.048.241,64**, recebido extra orçamentariamente.

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e o montante de crédito suplementar no exercício foi de R\$ 70.300.000,00. Deste total, o montante de R\$ 17.300.000,00 foi proveniente de anulações de outras despesas e o montante de R\$ 53.000.000,00 foi proveniente de superávit financeiro, destacado acima, conforme Decretos: nº 062-S, de 25/01/2017, nº 627-S, de 19/04/2017, e o de nº 1963-S, de 19/12/2017, todos aprovados pelo Conselho de Administração do Instituto. No que se refere a Crédito Adicional Especial ou extraordinário, estes instrumentos não foram utilizados pelo Fundo no exercício de 2017.

3.2 BALANÇO FINANCEIRO

Em relação as receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras (extra orçamentário - Conta contábil 351120000 e 451120000) concedidas e recebidas demonstrados no balanço financeiro, já foram explicitados detalhadamente no Balanço Orçamentário.

Quanto aos Restos a Pagar destacamos:

UG 600211 – foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de **R\$ 4,88**, este refere-se a regularização promovida pelo cancelamento em 2017 do documento 2017NL00949, onde o empenho não foi anulado no próprio exercício e estaremos regularizando em 2018;

UG 600210 – foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados os valores de: **R\$ 219,27** e **R\$ 1.084,42** (2017GD00194 e 2017GD00192), estes referem-se a devoluções de benefícios onde o empenho não foi anulado no próprio exercício e estaremos regularizando em 2018;

UG 600201 – foram inscritos em Restos a Pagar o valor de **R\$ 3.182.272,36** referente à liquidação do PASEP, de competência 12/2017, com vencimento em janeiro/2018. Os demais valores são os relativos a despesas como: vigilância, correios, limpeza, aluguel e outras que também serão pagas/anuladas em janeiro/2018.

Sobre os RAP's inscritos no exercício de 2016, ainda há saldo a pagar devido ao nome estar negativado junto ao Estado (R\$ 377,42) e o bloqueio do pagamento a empresa de prestação de serviço de limpeza (R\$ 29.004,38), tendo em vista constar ação tramitando na justiça do trabalho contra a empresa.

Os valores evidenciados em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados referem-se ao total acumulado do exercício de entradas e saídas do grupo de contas 218000000 – Demais Obrigações a Curto Prazo, excluídas as contas de execução orçamentária, conforme composição abaixo:

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/
211110198 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	0,00	4.981,54	4.981,54	0,00	C
218810102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	39.468,55	237.409,66	218.520,38	20.579,27	C
218810104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	29.276,75	216.889.735,71	216.890.119,39	29.660,43	C
218810107 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS AOS TESOUREOS	4.675,43	48.002,21	44.765,87	1.439,09	C
218810108 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	29.008.816,64	29.008.816,64	0,00	C
218810110 - RETENÇÃO POR ORDEM JUDICIAL NA FOPAG	31.609,35	433.533,56	504.722,11	102.797,90	C
218810114 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	0,00	29.977,84	29.977,84	0,00	C
218810127 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO FINANCEIRO	0,00	73.700.747,08	73.700.747,08	0,00	C
218810128 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO	0,00	2.028.026,00	2.028.026,00	0,00	C
218810130 - INSS - 13º SALÁRIO	0,00	17.970,55	17.970,55	0,00	C
218810131 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	24.540.577,09	24.540.577,09	0,00	C
218810133 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A REGULARIZAR - DETALHADA POR	0,00	30.073,52	30.073,52	0,00	C
218810139 - CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE OUTROS	0,00	5.201,00	5.201,00	0,00	C
218810199 - OUTROS CONSIGNATARIOS	0,00	307.178.185,72	307.179.044,39	858,67	C
218810401 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	97.646,76	57.043,36	33.312,91	73.916,31	C
218810410 - DEVOLUÇÃO DE VALORES A QUEM DE DIREITO	105.100,46	1.339.999,86	1.235.146,72	247,32	C
218811402 - RETENÇÃO PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	900,68	900,68	0,00	0,00	C
218811503 - FUNDO DE RESERVA PARA EMPRÉSTIMOS - IPAJM	213.613,94	1.120.312,98	906.699,04	0,00	C
218811504 - FUNDO DE GARANTIA FINANCEIRA - IPAJM	13.416,96	70.299,73	56.882,77	0,00	C
218813002 - DEPÓSITOS PENDENTES DE IDENTIFICAÇÃO	0,00	6.840.929,78	6.840.929,78	0,00	C
218910104 - RESTITUIÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	835.238,18	835.238,18	0,00	C
218911199 - OUTRAS RECEITAS A CLASSIFICAR	0,00	11.500.535,89	11.500.535,89	0,00	C
		675.918.498,58	675.612.288,69		

3.3 BALANÇO PATRIMONIAL

3.3.1 Ativo Circulante

Registra as disponibilidades (caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras), os títulos negociáveis, estoques e outros créditos **de realização a curto prazo**, como adiantamento a fornecedores e empregados. Por realização em curto prazo, entende-se aquela que ocorrerá no exercício seguinte (prazo de 12 meses seguintes ao do balanço).

3.3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores registrados na conta Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias em Curto Prazo, foram devidamente conciliados no exercício de 2017 e estão demonstrados conforme abaixo. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores históricos acrescidos das variações positivas e/ou diminuídos das variações negativas, reconhecidos no resultado quando incorridos até a data de 31/12/2017.

Unidades Gestoras do RPPS	Disponibilidade de 2017 - Curto Prazo						Total por Unidade Gestora	Total de Disponibilidade de 2016	Variação %
	Da Taxa			Do RPPS					
	Conta Corrente	Aplicação	Total	Conta Corrente	Aplicação	Total			
600201 - IPAJM	-	24.679.591,62	24.679.591,62		-	-	24.679.591,62	8.901.520,29	177,25
600210 - Fundo Financeiro	-	-	-	16.047,19	130.315.246,32	130.331.293,51	130.331.293,51	95.923.423,75	35,87
600211 - Fundo Previdenciário	-	-	-	247,32	263.600,45	263.847,77	263.847,77	35.743.528,41	-99,26
Total de Disponibilidade	-	24.679.591,62	24.679.591,62	16.294,51	130.578.846,77	130.595.141,28	155.274.732,90	140.568.472,45	10,46

O aumento de disponibilidade na 600201, está relacionada ao recebimento total da taxa de administração em 2017 e que será devolvida no exercício de 2018 aos Fundos de Previdência, após dedução das despesas comprometidas em 2017 a serem pagas em 2018 (princípio da competência), conforme dispõem o Decreto 1.434-R/2005.

O aumento na 600210 é proveniente dos recebimentos de compensação previdenciária e rendimentos.

A redução de disponibilidade na 600211, está relacionada a transferência para aplicação no longo prazo.

3.3.1.2 Créditos de Curto Prazo

São créditos relativos a contribuições a receber, adiantamentos a servidores, cauções e outros. Todos foram conciliados na data de 31/12/2017, os quais detalhamos por Unidade Gestora:

600201 – IPAJM – Composto pelas seguintes contas contábeis: **113110300** – Adiantamento de férias - **R\$ 38.178,38** – Compreende valores pagos em dezembro/2017 a servidores que irão gozar férias em janeiro/2018; **113510201** – Caução – **R\$ 73.916,31** – Aplicados em conta poupança e são valores recebidos a título de garantia para execução de determinado serviço, previsto na Lei 8.666/90. **NOTA:** Em 2017, por meio do processo 74655828, zeramos o saldo existente a 113510000 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, valores estes anteriores a 2004 e transferidos conforme definido/orientado no citado processo.

600210 – Fundo Financeiro – Composto pelas seguintes contas contábeis: **112110401** – Contribuições Sociais – **R\$ 35,54** – Registra o valor da contribuição do servidor e este saldo é proveniente de lançamento a maior ou indevido feito pela UG 450104 – CBM, a UG foi comunicada por diversas vezes e NÃO regularizou desde 2016; **112210100** – Créditos a receber – **R\$ 1.231.679,88** – São valores a receber junto ao INSS relativo à compensação previdenciária, competência mês 12/2017; **113610101** – Contribuições do servidor a receber – **R\$ 1.408,91** – Refere-se ao documento 2017NL03356 emitido pela UG 450103 – CBM; **113616001** – Créditos a receber de benefícios sacados indevidamente – **R\$ 225.741,56** – Refere-se a valores que estão em cobrança administrativa, registrados em diversos CPF's, atualizados até 31/12/2017; **113616002** – Parcelamento de Créditos a receber de benefícios sacados indevidamente – **R\$ 48.533,43** – e a conta **113616003** – Juros e encargos sobre Parcelamento de Créditos a receber de benefícios sacados indevidamente – **R\$ 7.197,63** – Registra os juros transcorridos até 31/12/2017. A cobrança dos juros e encargos é aplicado conforme definido na LC 282/2004, art. 43, § 1º; **113617000** – Créditos Previdenciários a Receber – Cessão de Servidores, nesta é registrado os valores de contribuição patronal e de servidor a receber quando cedido a outros Entes – **R\$ 55.619,22**. O recolhimento deverá ser feito até o 10º dia útil do mês subsequente e em caso do não recolhimento pelo cessionário, a cobrança do principal e juros é feita ao órgão ou entidade de origem do servidor, art. 44 da LC 282; **113620101** – Contribuições a Receber Patronal, refere-se as contribuições patronais sobre folha de pagamento - **R\$ 136.855,46** – refere-se à contribuição do TJES a ser recolhida em janeiro/2018, **R\$ 854,52** – refere-se contribuição da PMES a ser recolhida em janeiro/2018.

600211 – Fundo Previdenciário - 112110401 – Contribuições Sociais – **R\$ 100,59** – Registra o valor da contribuição do servidor e este saldo é proveniente de lançamento a maior ou indevido feito pela UG 360101 – SEDURB, a UG foi comunicada por diversas vezes e NÃO regularizou desde 2016; **112210100** – Créditos a receber – **R\$ 838,78** – São valores a receber junto ao INSS relativo à compensação previdenciária, competência mês 12/2017; **113610101** – Contribuições do servidor a receber – **R\$ 411,39** – Registra o valor da contribuição do servidor e este saldo é proveniente de lançamento a maior ou indevido feito pela UG 410201; **113616001** – Créditos a receber de benefícios sacados indevidamente – **R\$ 198,28** – Refere-se a valores que estão em cobrança administrativa, CPF 35384140763 , atualizado até 31/12/2017; **113617000** – Créditos Previdenciários a Receber – Cessão de Servidores, nesta é registrado os valores de contribuição patronal e de servidor a receber quando cedido a outros Entes – **R\$ 53.407,94**. O recolhimento deverá ser feito até o 10º dia útil do mês subsequente e em caso do não recolhimento pelo cessionário, a cobrança do principal e juros é feita ao órgão ou entidade de origem do servidor, art. 44 da LC 282; **113620101** – Contribuições a Receber Patronal, refere-se as contribuições patronais sobre folha de pagamento - **R\$ 863,14** – e este saldo é proveniente de lançamento a maior ou indevido feito pela UG 360101.

3.3.1.3 Estoques

O valor de estoques de bens de fornecimento e almoxarifados está alocado na UG 600201 e foram avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. O valor deste está conciliado na data base 31/12/2017 e apresentou a seguinte diferença: **R\$ 1.000,82** – refere-se à aquisição de combustível - gasolina, conforme 2017NL01397, registrada no SIGEFES sem respectivo registro de entrada no SIGA, a regularização no SIGA foi efetuada em 2018.

3.3.2 Ativo Não Circulante

Registra valores de longo prazo e outros créditos, como investimentos e bens patrimoniais. Por realização de longo prazo, entende-se aquela que ocorrerá após o encerramento do exercício seguinte.

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

3.3.2.1 Créditos em Longo Prazo

São valores registrados como dívida ativa e parcelamentos, para melhor detalhamento, segregaremos por unidade gestora:

600201 – IPAJM – Conta contábil **121110501** – **R\$ 60.461,61** – Valor atualizado pela VRTE-ES de 2017, refere-se a ANA LUCIA VEIGA IGREJA - CPF 74262203700 - Processo 51590450 - Atualizado pela VRTE de 2017 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0026412-14.2011.8.08.0024. Em 2017, verificamos que alguns valores estavam indevidamente registrados como dívida ativa, assim os valores, abaixo, foram reclassificados para a conta 121210410 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos, total **R\$ 123.133,87**:

R\$ 32.146,43 ROLF RENOLDY HEIMBECK - CPF 56044623734 - Processo 19170548/67887589 - Atualizado pela VRTE de 2017 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010277-05.2003.8.08.0024.

R\$ 37.772,61 ROSA GABRIELI MAGNAGO - CPF 1478605715 - Processo 18599206 - Atualizado pela VRTE de 2017 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010253-74.2003.8.08.0024.

R\$ 21.068,40 MARIA DAS GRACAS MOTTA FRANCISCO - CPF 81804210749 - Proc. 16045238 - Atualizado pela VRTE de 2017 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0074688-96.2003.8.08.0011.

R\$ 32.146,43 RODOLFO RENOLVI HEIMBECK - CPF 6535053704 - Processo 19170548/67887589 - Atualizado pela VRTE de 2017 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010278-87.2003.8.08.0024

NOTA: Em 2017 efetuamos a baixa no montante de R\$ 8.778,51 motivado pela prescrição dos valores e a impossibilidade de cobrança, conforme processo 80334326 e 80335667.

600210 – Fundo Financeiro – Em 2017, verificamos que alguns valores estavam indevidamente registrados como dívida ativa no montante de **R\$ 13.883,85**, este foi reclassificado para a conta **121210410** – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos, este é de ANTONIO PAULO CAMPOS DUTRA - CPF 34300562768 - Processo 70447225 - Atualizado pela VRTE de 2017 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010284-94-2003-8-008-0024. Nesta conta ainda temos registrado o valor de **R\$ 42.424,64** – referente a valores a receber de pagamentos indevidos que foram parcelados no longo prazo. NOTA: Em 2017 efetuamos a baixa no montante de R\$ 1.495,75 motivado pela prescrição dos valores e a impossibilidade de cobrança, conforme processo 80335780.

3.3.2.2 Investimentos e Aplicações Temporárias de Longo Prazo

São valores relativos a aplicações em fundos, títulos do tesouro, ações e outros, para melhor detalhamento segregamos por unidade gestora:

600201 – IPAJM – Conta contábil – **121310102** – Ações – **R\$ 27.197,56** – São ações de empresas do ramo de telefonia, repassadas/adquiridas numa época em que ao efetuar a compra de uma linha telefônica era concedido uma determinada quantidade de ações ao adquirente. Estas ações permanecem até hoje e estão atualizadas a valor de mercado, cotação Bovespa do dia 28/12/2017. No quadro apresentamos o quantitativo e valor individualizado e a variação em relação ao saldo de 2016:

Código / Ações		Quantidade de Ações	Fechamento em 29/12/2016	Valor Atualizado em 2016	Fechamento em 28/12/2017	Valor Atualizado em 2017	Variação no Exercício
OIBR3	OI ON N1	243	2,63	R\$ 639,09	3,63	R\$ 882,09	38,02%
OIBR4	OI PN N1	18	2,25	R\$ 40,50	3,47	R\$ 62,46	54,22%
VIVT3	TELEF BRASIL ON	196	36,40	R\$ 7.134,40	41,20	R\$ 8.075,20	13,19%
VIVT4	TELEF BRASIL PN	259	44,08	R\$ 11.416,72	48,62	R\$ 12.592,58	10,30%
TIMP3	TIM PART S/A ON NW	380	7,83	R\$ 2.975,40	13,10	R\$ 4.978,00	67,31%
TEL83	TELEBRAS ON	9	27,00	R\$ 243,00	38,15	R\$ 343,35	41,30%
TEL84	TELEBRAS PN	12	22,50	R\$ 270,00	21,99	R\$ 263,88	-2,27%
Total				R\$ 22.719,11		R\$ 27.197,56	19,71%

Fonte: <http://cotacoes.economia.uol.com.br/bolsas/index.html?indice=BVSP> ou <http://www.infomoney.com.br/mercados/ferramentas/historico-de-cotacoes>

Por meio do processo nº 57801029, foi sugerido ao gestor a alienação dessas ações e está-se aguardando o melhor momento para efetuar a venda.

600211 – Fundo Previdenciário – 122310100 – Aplicações de Longo Prazo – **R\$ 3.100.821.117,14** – Referem-se a valores aplicados com o objetivo de cobrir despesas futuras de aposentadorias e pensões – Reserva do RPPS.

As aplicações do Fundo Previdenciário estão todas ENQUADRADAS aos seguintes normativos: **Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações** – Esta dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece que os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência (Art. 1º) e define limitações de aplicação nos seguintes seguimentos: Renda Fixa, variável e de imóvel (Art. 2º); **Portaria MPS nº 519/2011 e alterações** – Esta dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece a comprovação de elaboração da política anual de investimentos (Art. 1º), bem como comprova junto à SPPS a aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais (Art. 2º). A portaria ainda determina seguir as orientações da Resolução CMN nº 3.922/2010, bem como as seguintes obrigações (Art. 3º), dentre as quais destacamos:

- Gestão da aplicação por entidade autorizada e credenciada, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;
- Realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente;
- Elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS.

O Instituto de Previdência do Estado do Espírito Santo possui um comitê de investimentos, composto por 3 (três) servidores efetivos do IPAJM, todos com Certificação Profissional ANBIMA - Série 20 (CPA-20) da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Em 2017, trabalharam com a Política Anual de Investimento – 2017, aprovada pelo Conselho de Administração do IPAJM em 20/12/2016, onde estabeleceram objetivos e restrições de investimentos, segmentos, faixa de alocações e limites.

Em atendimento aos limites permitidos para aplicação, conforme definido em Resolução do CMN, no quadro abaixo demonstramos todos os seguimentos de aplicações praticados na Previdência Estadual comparando-os com o permitido, saldo em 31/12/2017:

Enquadramento da Carteira em 29/12/2017				
Artigo	Valor(R\$)	% Carteira	Política Investimento	Limite Res. 3.922/10
Renda Fixa				
Artigo 7º I, Alínea a	1.337.941.752,47	41,09%	47,00%	100,00%
Artigo 7º I, Alínea b	1.337.904.266,17	41,09%	16,00%	100,00%
Artigo 7º III, Alínea a	30.430.874,78	0,93%	1,00%	80,00%
Artigo 7º IV, Alínea a	429.027.406,22	13,18%	27,00%	30,00%
Artigo 7º VII, Alínea a	54.221.221,49	1,67%	3,00%	5,00%
Total Renda Fixa	3.189.525.521,14	97,96%		
Renda Variável				
Artigo 8º II	5.098.945,82	0,16%	0,00%	20,00%
Artigo 8º III	35.523.641,98	1,09%	1,00%	15,00%
Artigo 8º V	4.134.480,71	0,13%	1,00%	5,00%
Artigo 8º VI	21.796.963,13	0,67%	1,00%	5,00%
Total Renda Variável	66.554.031,64	2,05%		

É possível verificar que as aplicações estão dentro do limite definido pela Resolução CMN. Os valores são o total das aplicações de curto e longo prazo, não considerada os valores em conta corrente (caixa), existentes na Previdência do Estado do Espírito Santo. A diferença de R\$ 2,75 encontrada entre o total dos investimentos do quadro acima comparado ao valor no Balanço Patrimonial refere-se à quantidade de casas decimais praticado entre um sistema e outro.

A gestão da Diretoria de Investimentos é pautada pelas diretrizes e/ou restrições definidas na política de investimentos e, juntamente com o Comitê, em reuniões mensais ou extraordinárias, adota uma estratégia conservadora visando a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos ativos financeiros. As aplicações ocorreram somente em produtos devidamente enquadrados na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, por meio de instituições financeiras credenciadas. Como se pode verificar no quadro acima, todos os ativos estão enquadrados aos limites estabelecidos pela Resolução, e estão aderentes aos objetivos definidos como metas de alocação na Política Anual de Investimentos, podendo variar de acordo com os cenários e as oportunidades peculiares ao mercado financeiro.

Os investimentos diretos em títulos públicos federais são realizados por intermédio da **BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A**, que presta serviços de custódia qualificada, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 1.399, de 04/06/1990. A escolha da instituição financeira foi realizada por processo licitatório em 2015, cujo contrato foi prorrogado e tem vencimento em 27/05/2018.

Em 2015, o IPAJM contratou licença de uso de um sistema *online* de controle de carteira visando a permitir melhor acompanhamento dos investimentos, que além de contribuir na emissão de relatórios que possam demonstrar as posições das carteiras em qualquer tempo e séries históricas de rendimentos, possui alimentação automática de dados e cotas de ativos, com valores de mercado, e permite o registro e controle das aplicações e resgates, com emissão do APR – Autorização de Aplicação e Resgate, conforme determina o Art. 3º, b da Portaria MPS nº 519.

O Instituto de Previdência do Estado do Espírito Santo ainda não possui uma consultoria especializada em avaliar o desempenho das carteiras e analisar riscos de novas aplicações, principalmente riscos de crédito e de mercado. Como forma de minimizar riscos, definiu-se na política de investimentos um critério conservador para realizar investimentos em fundos de direitos creditórios, que deve seguir uma classificação de baixo risco, estabelecido por uma das agências classificadoras de risco a seguir:

Agência Classificadora de Risco	"RATING" - Mínimo para o Longo Prazo	"RATING" - Mínimo para o Curto Prazo
Standard & Poor's	brA-	brA- 3
Moody's	A3.br	BRA- 3
SR Rating	brA-	srA
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)

Para o exercício de 2017, foi levado em consideração o momento político interno e externo e as projeções com as quais o mercado trabalhava para 2017, conforme avaliações constantes na Política de Investimentos. Assim, após análise, se manteve como objetivo a **meta atuarial de 6%a.a.** de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA, medido pelo IBGE. No quadro a seguir, demonstramos o real rendimento obtido por cada aplicação no exercício de 2017 e no total:

Rentabilidade no ano, em 29/12/2017					
Classificação do Ativo	Saldo Final 2016 (R\$)	Saldo Final 2017 (R\$)	Ganho no ano de 2017 (R\$)	Rentabilidade no ano (%)	Variação da Meta (9,13%)
Renda Fixa					
Artigo 7º I, Alínea a	1.182.542.991,17	1.337.941.752,47	156.315.764,54	13,11	3,98
Artigo 7º I, Alínea b	543.224.382,96	1.337.904.266,17	125.772.914,06	12,6	3,47
Artigo 7º III, Alínea a	25.249.386,88	30.430.874,79	4.181.487,90	12,33	3,2
Artigo 7º IV, Alínea a	653.002.659,97	274.032.569,57	27.324.767,86	10,17	1,04
Artigo 7º VII, Alínea a	58.386.532,84	54.221.221,49	7.536.143,13	14,07	4,94
Total Renda Fixa	2.462.405.953,82	3.034.530.684,49	321.131.077,49		
Renda Variável					
Artigo 8º II		5.098.945,82	98.945,82	2,35	-6,78
Artigo 8º III	21.500.566,97	35.523.641,98	4.745.853,44	26,05	16,92
Artigo 8º V	3.645.290,76	4.134.480,71	443.870,48	12,18	3,05
Artigo 8º VI	21.327.796,15	21.796.963,13	2.312.121,25	11,04	1,91
Total Renda Variável	46.473.653,88	66.554.031,64	7.600.790,99		
TOTAL GERAL	2.508.879.607,70	3.101.084.716,13	328.731.868,49	12,6	3,47

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

Como pode verificar acima, o Instituto obteve rendimento acima da meta atuarial mais a variação da inflação, medido pelo IPCA (IBGE) ($6,00\% \times 2,94\% = 9,13\%$), equivalentes a 3,47 pontos percentuais, demonstrando que a meta para o exercício de 2017 foi superada. Acrescentamos, que a verificação do atingimento da meta é observada diariamente pela Diretoria de Investimento.

Conforme Resolução CMN, abaixo transcrevemos a definição da classificação do ativo:

Artigo 7º I, Alínea a – **títulos de emissão do Tesouro Nacional**, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

Artigo 7º I, Alínea b - **cotas de fundos de investimento**, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

Artigo 7º III, Alínea a - **cotas de fundos de investimento** classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

Artigo 7º IV, Alínea a - **cotas de fundos de investimento** classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

Artigo 7º VII, Alínea a - **cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios**, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

Artigo 7º VII, Alínea b - **cotas de fundos de investimento** classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado";

Artigo 8º III - até 15% (quinze por cento) em **cotas de fundos de investimento em ações**, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;

Artigo 8º IV - até 5% (cinco por cento) em **cotas de fundos de investimento classificados como multimercado**, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

Artigo 8º V - - até 5% (cinco por cento) em **cotas de fundo de investimento em participações**, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

Artigo 8º VI - até 5% (cinco por cento) em **cotas de fundos de investimento imobiliário**, com cotas negociadas em bolsa de valores;

Todos os investimentos foram devidamente conciliados no exercício de 2017 e foram registradas pelos valores históricos acrescidos das variações positivas e/ou diminuídos das variações negativas reconhecidos no resultado quando incorridos até a data de 31/12/2017.

Ao fim do exercício de 2017, não foi constituído provisão de ajuste de perda de investimento, tendo em vista a projeção de melhora da economia do País, conforme posição da Diretoria de Investimento do Instituto. Todavia, caso houvesse necessidade de constituir provisão para perdas, decorrentes de oscilações de mercados que poderão afetar os investimentos, este far-se-ia por **estimativa de valor baseado em parecer emitido por um profissional do mercado** e respaldada no Princípio Contábil da Prudência.

Quanto ao reconhecimento orçamentário, optamos por continuar reconhecendo a receita orçamentária do investimento mesmo antes do resgate ou alienação da aplicação e reconhecer uma anulação da receita orçamentária, quando apresentar variação negativa. Nosso entendimento é de demonstrar situação real do momento, já que mais de 50% de nosso investimento estão em títulos do tesouro, onde há o recebimento de juros (bônus) anualmente, representando de fato uma receita realizada.

3.3.2.3 Imobilizado e Intangível

No Imobilizado do RPPS está registrado os bens necessários à operação da Entidade, sendo demonstrado ao custo de aquisição, assim como para os bens intangíveis. Os bens móveis estão conciliados e avaliados a valor justo na data de 31/12/2017. NOTA: Em 2017 foi levado a leilão diversos bens móveis classificados como inservíveis no valor total de R\$ 241.215,31, baixado contabilmente pelo valor histórico, gerando uma receita de alienação no valor de R\$ 34.200,00. O procedimento foi realizado em acordo com os procedimentos adotados pela SEGER/ES, processo 77130774; Foi verificado o extravio de um microcomputador (processo 794940554), 01 transformador, 01 portão social com fechadura e 01 portão de metalon, processo 80471684, todos relatados pela Comissão de Elaboração do Inventário do exercício de 2017, processo 80084001; Em 2017, houve a demolição da antiga sede do IPAJM e contabilmente foi baixado o valor total de R\$ 1.504.480,30, conta contábil 363110200, conforme autorizado pelo Presidente do Executivo do IPAJM, processo 81168004.

Quanto à depreciação dos bens móveis, conforme dispõem a IN TC nº 036, de 23/02/2016, o prazo foi prorrogado para 31/12/2016 para a devida preparação de sistemas e outras providências de implantação. Entretanto, no exercício de 2017 não foi possível realizar a devida contabilização da depreciação e/ou amortização, tendo em vista que a SEGER, por meio da Gerência de Patrimônio, disponibilizou o referido sistema em fevereiro/2018, momento este que o exercício de 2017 já se encontrava fechado para lançamentos no sistema SIGEFES. Desta forma a depreciação dos bens móveis deverá ser lançada no exercício de 2018.

3.3.3 Passivo Circulante

Registram as obrigações com realização no curto prazo, todas as contas foram conciliadas em 31/12/2017 e para melhor visualização, segregamos por unidade gestora:

600201 – IPAJM – Possui saldo total de obrigações no valor de **R\$ 9.069.233,09**, representados por: **R\$ 9.995,9** relacionado a prestação de serviços efetuados no mês 12/2017 pelos médicos peritos; **R\$ 21.462,25** relacionado a INSS patronal a recolher sobre serviços prestados pelos médicos peritos e folha do mês 12/2017; **R\$ 3.483.898,92** relativo ao principal do parcelamento PASEP a pagar nos 12 meses seguintes; **R\$ 2.017.407,52** relativo a estimativa de juros a pagar sobre o principal do parcelamento PASEP nos 12 meses seguintes; **R\$ 200.620,43** de fornecedores a pagar e deste montante, apenas R\$ 29.381,80 é relativo a exercícios anteriores não pagos por conter restrição no CNPJ; **R\$ 3.182.272,36** relativo ao PASEP Mensal, competência 12/2017; **R\$ 73.916,31** relativo a contrapartida das contas caução; e **R\$ 50.277,60** relativos a valores diversos, como: INSS retido do servido na folha do mês 12/2017, IRRF sobre folha do mês 12/2017 e retenções a recolher retido sobre serviços prestados por pessoa jurídica.

600210 – Fundo Financeiro – Possui saldo total de obrigações no valor de **R\$ 6.305.275,85**, representados por: **R\$ 105.057,76** relativo a IRRF sobre folha do mês 12/2017 e outras consignações a serem recolhidas em 2018; e **R\$ 6.200.218,09** relativo a compensação previdenciária a pagar, estes valores são acumulados desde de junho/2015 e não foram recolhidos por que de acordo com a regra de proporcionalidade adotada pela portaria MPS nº 288, de 30/06/2015, o repasse do fluxo mensal de compensação financeira entre regimes poderá ser suspenso quando o credor deixar de decidir ou decidir processo em quantidade proporcionalmente inferior aos decididos pelo devedor.

600211 – Fundo Previdenciário – Possui saldo total de obrigações no valor de **R\$ 247,32**, este refere-se a recebimento em duplicidade de contribuição devida pela cessão de pessoal a Prefeitura de Anchieta.

3.3.4 Passivo Não Circulante

Registram as obrigações com realização no longo prazo, todas as contas foram conciliadas em 31/12/2016 e para melhor visualização, segregamos por unidade gestora:

600201 – IPAJM – Possui saldo total de obrigações de longo prazo no valor de **R\$ 69.642.653,65** referente ao saldo do PASEP parcelado. Em 2014, foi feito o parcelamento com base na Lei 12.810, onde permitia parcelar em até 240 parcelas com percentuais de redução de 100% para multa e 50% para juros. Em 26/07/2013, a Receita Federal do Brasil consolidou novo parcelamento em 225 parcelas no valor de R\$ 290.324,91 (Principal R\$ 248.115,97 mais Juros R\$ 42.208,94), processo 15582-720401/2013-86. Os juros mencionados foram calculados até a data de 26/07/2013 e a atualização da parcela se dá pela taxa SELIC acumulada até a data do vencimento de cada uma das parcelas vincendas.

Por existir pagamentos de parcelas de um parcelamento anterior, a Receita Federal quitou/compensou o montante aproximado de 14 parcelas do novo parcelamento. De acordo com a RFB, as parcelas amortizadas foram: parte da 1ª e da 212ª e o total da 213ª a 225ª parcelas, conforme demonstramos abaixo:

Parcelas	Valor Parcelado em 26/07/2013	Data de Pagamento	Valor Pago			Saldo do Parcelamento
			Principal	Juros	Total Pago	
1 a 39	11.322.671,49	Out/2014 a 2017	11.322.671,49	4.343.812,14	15.666.483,63	-
40 a 211	49.935.884,52				-	49.935.884,52
212	290.324,91	30/09/2014 - Comp. Parte	263.651,54	38.729,34	302.380,88	26.673,37
213 a 225	3.774.223,83	07/2013 a 09/2014	3.774.223,83	503.481,42	4.277.705,25	-
Atualização acumulada do Saldo Devedor na data de 31/12/2017, conforme extrato RFB.						25.181.402,20
Total	65.323.104,75		15.360.546,86	4.886.022,90	20.246.569,76	75.143.960,09
Valores transferidos para o Curto Prazo - serão pagos em 2018						
Parcelas 40 a 51						-3.483.898,92
Atualização aproximada das parcelas 40 a 51 até a data de 31/12/2018 .						-2.017.407,52
Total do Longo Prazo						69.642.653,65

Total de 225 parcelas x R\$ 290.324,91 = R\$ 65.323.104,75 - Conforme extrato do parcelamento contido no processo nº 59677449 - vol. 2, fls.: 607 a 636.

600210 – Fundo Financeiro – Não há valores reconhecidos para pagamento no longo prazo, todavia as provisões matemáticas do exercício de 2017, data base DEZ/2017, foram **lançadas a valor presente** e de acordo com o princípio da competência. O saldo nulo apresentado é por que, além do reconhecimento da provisão com a obrigação, também é lançado o valor que o Estado irá aportar por meio da cobertura de insuficiência financeira (R\$ 74,4 bilhões), bem como os valores a serem recebidos de contribuições dos aposentados e pensionistas, ou seja, o aporte é a diferença do que Fundo Financeiro tem a pagar menos as contribuições a receber e saldo em caixa/banco.

600211 – Fundo Previdenciário – Possui um montante no valor de **R\$ 2.182.393.865,20**, este valor refere-se às provisões matemáticas conforme Balanço Atuarial – DRRA 2018, data base DEZ/2017, **lançadas a valor presente**, de acordo com o princípio da competência. Neste fundo não há lançamentos para cobertura de insuficiência financeira, pois existem valores em ativos suficientes para cobrir estas despesas provisionadas gerando um superávit técnico ao fim de 2017 no valor de R\$ 1,2 bilhões. Abaixo, demonstramos cópia do Balanço Atuarial apresentado pela empresa ETA com data base de 12/2017.

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

37

BALANÇO ATUARIAL - DRRR 2018				
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		2018	2017	2016
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	2.182.393.865,21	1.271.535.025,19	938.845.011,21
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	49.784.442.531,52	44.237.615.922,13	41.951.921.843,14
2.2.7.2.1.01.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Financeiro do RPPS	1.254.419.093,28	1.079.425.335,04	1.151.173.069,40
2.2.7.2.1.01.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	214.077.887,74	254.932.550,43	312.696.995,56
2.2.7.2.1.01.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	177.263.464,04	-	-
2.2.7.2.1.01.07	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	48.138.682.086,46	42.903.258.036,66	40.488.051.758,18
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-	-
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	32.508.390.074,20	31.490.264.572,96	32.919.935.131,10
2.2.7.2.1.02.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	1.948.895.559,00	2.543.969.682,96	3.189.879.376,53
2.2.7.2.1.02.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	974.447.779,50	1.365.056.903,05	1.711.642.592,28
2.2.7.2.1.02.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	3.303.210.960,89	3.616.645.797,11	3.772.881.447,00
2.2.7.2.1.02.06	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	26.281.835.774,81	23.964.592.189,84	24.245.531.715,29
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	555.966.047,45	122.614.228,11	76.253.916,76
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	574.020.985,98	125.766.475,69	77.925.124,34
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	14.869.399,79	1.409.148,58	1.264.851,62
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.309.352,13	1.743.099,00	406.355,96
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	876.166,61	-	-
2.2.7.2.1.03.07	(-) Aportes Financeiros para Coberturas do Déficit Atuarial - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.626.427.817,76	1.148.920.797,08	862.591.094,45
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	5.922.620.223,98	5.687.258.953,63	5.284.863.221,62
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	2.794.027.229,22	2.993.521.657,44	2.877.966.632,44
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	1.502.165.177,00	1.584.616.499,11	1.544.285.904,73
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.04.06	(-) Aportes para Coberturas do Déficit Atuarial - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-
2.2.7.2.1.05.99	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-	-	-

OBS.: A data base das informações é de 31/12/2017.

Notas Explicativas:

Observou-se um aumento na Cobertura de Insuficiência Financeira do Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos, decorrente de fatores como: aumento do grupo de aposentados e pensionistas, aumento da folha de proventos de aposentadorias e pensões, alteração da tabela de mortalidade para IBGE 2015.

No exercício de 2018, passamos a calcular a Compensação Previdenciária dos Benefícios já Concedidos, utilizando as informações individualizadas de Compensação Previdenciária de aposentados e pensionistas, fornecidas no layout das informações do MPS.

Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano Previdenciário, utilizamos a taxa de juros de 5,75% ao ano, conforme previsto na Política de Investimentos. Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano Financeiro, a taxa de juros é de 0,00% ao ano.


ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial
(assinatura do responsável)

Das variações ocorridas no balanço atuarial, destacamos a variação de 11,2949% de acréscimo no déficit atuarial do Fundo Financeiro (insuficiência financeira), motivado pelos mais de 2000 servidores ativos que passaram para inativo no exercício de 2017 e alteração da tabela de mortalidade de 2015 (IBGE), conforme já exposto em nota pela empresa de atuária. Enquanto no Fundo Previdenciário, o aumento na provisão de "Concedidos e A Conceder" está diretamente relacionado à compra de vidas, servidores que saíram da provisão do Fundo Financeiro e passaram a integrar na provisão do Fundo Previdenciário, e aos novos entrantes. No previdenciário, destacamos a relação de 1,86 da contribuição patronal para a contribuição do servidor ativo (2.794.027.229,22/1.502.165.177,00) e não de 2 para 1 (usualmente falado), isto motiva-se da necessidade de repassar extra-orçamentariamente o valor de até 1,5% do total das remunerações, proventos e pensões, pagos no exercício anterior, ao IPAJM como Taxa de Administração, conforme definido no art. 52 da Lei 282/2004. A metodologia de cálculo utilizada para informar ao Atuário o percentual a ser usado na avaliação atuarial foi:

Fundo Previdenciário

Ano	C. Patronal	Taxa devida	Participação
2013			
2014	184.676.802,92	10.826.839,32	5,86%
2015	215.731.733,57	16.616.769,60	7,70%
2016	232.782.624,90	17.138.742,84	7,36%
2017	240.449.262,30	16.989.821,20	7,07%

Conforme números apresentados acima nos últimos anos, tomamos a média de 7% da contribuição patronal recebida que é repassado ao IPAJM como Taxa de Adm., assim 7% de 22% (contr. Patronal) chegamos a 1,54%. Com este resultado, significa dizer que a contribuição patronal que fica no Fundo representa 20,46% (22% - 1,54%) do total, de onde resulta no índice de 1,86 (20,46% / 11%) apurado no Balanço Atuarial do Fundo Previdenciário.

3.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Nessa demonstração, o valor de R\$ 642 milhões apresentado no fluxo de caixa líquido das atividades das operações está relacionado, principalmente, ao superávit orçamentário apresentado pelo Fundo Previdenciário - 600211, já que a despesa com folha de inativos e pensionistas no exercício foi de R\$ 81 milhões e teve de receita realizada o valor de R\$ 691 milhões, contribuindo significativamente para a geração líquida de caixa apresentada.

3.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Verifica-se um decréscimo no lucro acumulado neste exercício de 2017, em razão de:

600201 – IPAJM – Nesta houve um resultado positivo no valor de **R\$ 15.684.902,01** apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, muito embora proporcionada pela transferência intragovernamental recebida em todos os meses do exercício de 2017 e não utilizada, relativo a taxa de administração, fato que no exercício de 2018 haverá devolução significante podendo ser registrado um resultado negativo.

600210 – Fundo Financeiro - Nesta houve um resultado positivo no valor de **R\$ 33.023.734,82** apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, proveniente, principalmente, de rendimentos de aplicações e compensação previdenciária recebidas. Também, há o registro de **R\$ 264.952,92** em contas de ajustes anteriores, motivado pelo reconhecimento de principal, juros e atualizações de valores pagos sacados indevidamente após óbito do servidor inativo ou pensionista do Fundo Financeiro.

600211 – Fundo Previdenciário - O valor negativo de **(R\$ 319.879.663,30)** apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, foi em decorrência do lançamento das provisões matemáticas em 2017 e o aumento negativo foi impactado pelo pessoal migrado do Fundo Financeiro para o Previdenciário (compra de vidas), passando a fazer parte inclusive para efeitos de estudos atuariais. Ainda temos o valor positivo registrado na conta de ajustes anteriores, **R\$ 8.065,08**, este refere-se a reconhecimento de direitos a receber que teve origem em exercícios anteriores.

3.6 NOTAS EXPLICATIVAS COMPLEMENTARES

As Políticas de Investimentos, a composição do comitê de investimentos, os Relatórios de Investimentos e Atas de Reuniões podem ser acessadas/consultadas no endereço: <http://ipajm.es.gov.br/>.

No orçamento de 2018 foi previsto gastos para a construção da nova sede do IPAJM, no terreno pertencente ao RPPS situado na Av. Vitória, no valor de R\$ 15.964.000,00, ação 1008.

Conforme dispõem o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público o ativo e passivo contingente, cujo valores são incertos, devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis, por meio de notas explicativas e que para reconhecimento de uma provisão de passivo contingente, devem estar presentes os seguintes requisitos: Obrigação presente, estimativa confiável do valor e que seja provável a saída de recursos. O Instituto de Previdência possui um valor aproximado de R\$ 63,7 milhões de passivo contencioso, num total de 463 processos (conforme levantamento feito em 29/12/2017 pela Gerência Jurídica) controlados por este Instituto e com base nos requisitos descritos no MCASP, resumidamente, demonstramos a situação em 31/12/2017:

ITEM	NOME DA PARTE	DOSSIÊ	Nº DO PROCESSO	RPV	PRECATÓRIO	HONORÁRIOS	OBRIGAÇÃO (presente/possível)	SAÍDA DE RECURSOS (provável/não provável)	ESTIMATIVA DO VALOR (confiável/não confiável)
RESUMO	Diversos	Diversos	Diversos	1.935.333,21	56.877.449,07	1.890.222,74	-	-	Não confiável
	Diversos	Diversos	<u>28 Processos</u>	82.587,07	2.895.959,02	78.113,51	Presente	Provável	Confiável
Total				<u>2.017.920,28</u>	<u>59.773.408,09</u>	<u>1.968.336,25</u>			

Informamos que não foi constituída provisão do valor de R\$ 3.056.959,60, todavia no orçamento de 2018 é previsto o valor total de R\$ 7.500.000,00 para cobrir estas despesas, ação 0116 – Pagamento de Sentenças Judiciais.

Na avaliação atuarial, data base Dez/2017, a empresa de atuária (ETA) adotou no estudo as seguintes premissas:

1. Taxas anuais de sobrevivência e mortalidade inclusive dos inválidos

- Tábua completa de Mortalidade – ambos os sexos; elaborada pelo IBGE do ano de 2015;
- Ocorrência dos eventos de invalidez, de acordo com a "Tábua de entrada em Invalidez", "Álvaro Vindas";
- "Turn-over" dos Servidores, em relação ao vínculo de emprego, conforme abaixo:

Idade x	q_x^s	Calculado
Até 25		1%
De 26 a 30		1%
De 31 a 40		1%
De 41 a 50		1%
De 51 a 60		0%
Acima de 60		0%

- Crescimento real do salário de 1,00% ao ano;
- Crescimento real dos benefícios do plano: 0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculados à correção monetária do RGPS;
- Sem solidariedade de gerações, no financiamento dos benefícios;
- Ter começado a trabalhar aos dezoito anos de idade, quando não informado o tempo de INSS anterior;
- Taxa real de retorno, pela aplicação do patrimônio do "Fundo de Previdência" de 5,75% ao ano – Plano Previdenciário e 0% ao ano – Plano Financeiro. A taxa anual de juros real adotada para o Plano Previdenciário, baseou-se na rentabilidade anual aferida na política de investimentos para as aplicações dos recursos do RPPS para os próximos anos, uma vez que a política de investimentos tem como parâmetro o IPCA + 5,75% ao ano;
- Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no IPCA, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores;
- Fator de atualização potencial FA maior ou igual ao IPCA; e
- Método de Capitalização utilizado - Crédito unitário projetado (PUC);
- Composição familiar formada pelo cônjuge e (02) dois filhos, quando não informado no banco de dados.

2. Elegibilidade de Condições a Aposentadoria

O cálculo do custo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Aposentadoria Compulsória foi separado em três grupos de servidores, que tem sua elegibilidade ao benefício conforme segue:

- 2.1 Servidores que preencheram os pré-requisitos para aposentadoria até a data da promulgação da Emenda Constitucional Nº 41 (Art. 8º da EC nº 20/1998).
- 2.2 Servidores que ingressaram no serviço público antes de 16 de dezembro de 1998 (sem direito adquirido).

Vitória (ES), Segunda-feira, 26 de Março de 2018.

2.3 Atuais e futuros servidores que ingressarem no serviço público após 16 de dezembro de 1998.

a) Aposentadoria plena (art. 6º da emenda constitucional 41/2003).

b) Regra geral permanente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que se der aposentadoria.

c) Aposentadoria compulsória.

3. Cálculo do Valor da Pensão

O valor das pensões será igual aos proventos do Aposentado falecido ou à remuneração do servidor Ativo falecido, até o limite máximo do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), acrescido de 70% da parcela excedente a este limite.

Além das premissas apresentadas, o estudo atuarial levou em consideração outras informações, como:

- Regimes atuarias: Capitalização, Repartição de capital de cobertura e Repartição simples;

- Universo do Segurado: No Fundo Financeiro, também se levou em consideração os servidores iminentes, que são os servidores que já cumpriram todos os quesitos necessários à obtenção da aposentadoria podendo requerer o benefício a qualquer momento, 2.379 servidores dos 16.350 servidores ativos, informados no item 2.1 acima, bem como 25 servidores do Fundo Previdenciário;

- Consistência dos dados: A empresa de atuária submeteu os dados recebidos a testes críticos e as inconsistências detectadas foram corrigidas pelo Instituto/Ente, resultando em base de dados considerada suficientemente completa, consistente e adequada à análise técnica atuarial, em conformidade com o disposto na Portaria MPS 403/08, relativamente aos requisitos de atualização, amplitude e consistência. Ao final, apurou uma inconsistência de 05 servidores, sendo estes excluídos do estudo.

Abaixo, segue cópia do quadro comparativo das hipóteses utilizadas nas últimas avaliações atuarias:

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	2015		2016		2017	
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas		Alvaro Vindas		Alvaro Vindas	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2013 Ambos os Sexos		Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2014 Ambos os Sexos		Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2015 Ambos os Sexos	
Tábua de Mortalidade Geral	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2013 Ambos os Sexos		Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2014 Ambos os Sexos		Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2015 Ambos os Sexos	
Tábua de Morbidez	Não Aplicável		Não Aplicável		Não Aplicável	
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	2015		2016		2017	
Composição da família de Servidores e Aposentados	Pelo real		Pelo Real		Pelo Real	
Entrada em Aposentadoria	Pelo real		Pelo Real		Pelo Real	
Geração Futura de Novos Entrantes	pelo banco de dados, com reposição de 1:1		pelo banco de dados, com reposição de 1:1		pelo banco de dados, com reposição de 1:1	
Rotatividade / "Turn-over"	Em relação ao vínculo de emprego		Em relação ao vínculo de emprego		Em relação ao vínculo de emprego	
	Idade x	q\$ Calculadox	Idade x	q\$ Calculadox	Idade x	q\$ Calculadox
	Até 25	1%	Até 25	1%	Até 25	1%
	De 26 a 30	1%	De 26 a 30	1%	De 26 a 30	1%
	De 31 a 40	1%	De 31 a 40	1%	De 31 a 40	1%
	De 41 a 50	1%	De 41 a 50	1%	De 41 a 50	1%
	De 51 a 60	0%	De 51 a 60	0%	De 51 a 60	0%
	Acima de 60	0%	Acima de 60	0%	Acima de 60	0%
HIPÓTESES ECONÔMICAS	2015		2016		2017	
Inflação Futura	0		0		0	
Projeção de Crescimento Real dos Salários	Crescimento real do salário, pelo levantamento histórico das médias salariais dos últimos 03 anos, descontando o INPC do período, de 1,00% ao ano		Crescimento real do salário, pelo levantamento histórico das médias salariais dos últimos 03 anos, descontando o INPC do período, de 1,00% ao ano		Crescimento real do salário, pelo levantamento histórico das médias salariais dos últimos 03 anos, descontando o INPC do período, de 1,00% ao ano	
Projeção de Crescimento Real dos benefícios do plano	0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculados à correção monetária do RGPS		0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculados à correção monetária do RGPS		0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculados à correção monetária do RGPS	
Indexador	Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no IPCA, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores.		Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no IPCA, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores.		Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no IPCA, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores.	
Fator de Determinação do:						
Valor Real ao Longo do Tempo Salários	1		1		1	
Valor Real ao Longo do Tempo Benefício do RPPS	1		1		1	
HIPÓTESES FINANCEIRA	2015		2016		2017	
Taxa Real Anual de Juros	Plano Previdenciário: 6,00% ao ano Plano Financeiro: 0,00% ao ano		Plano Previdenciário: 6,00% ao ano Plano Financeiro: 0,00% ao ano		Plano Previdenciário: 5,75% ao ano Plano Financeiro: 0,00% ao ano	
Fator de Atualização Potencial	FA ≥ (1+IGP-DI)		FA ≥ (1+IGP-DI)		FA ≥ (1+IGP-DI)	

NOTA: Estas informações foram retiradas da Avaliação Atuarial 2018, data base Dez/2017, emitida pela empresa ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. e para mais informações ou consultas, a mesma pode ser consultada no endereço <https://ipajm.es.gov.br/> acessando **finanças e patrimônio** e depois **avaliação atuarial**.

Em, 12 de março de 2018.

ANCKIMAR PRATISSOLTI
Presidente do Executivo

PAULO RENATO DA CUNHA PEREIRA
Diretor Administrativo Financeiro

SUSANA GONÇALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA
Gerente de Finanças

JEFFERSON VIEIRA RODRIGUES
Contador - CR-ES nº 013762/O-9

PARECER TÉCNICO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2017

CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, no exercício de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Complementar nº 282/2004, no art. 67, IV, após examinarem as Demonstrações Contábeis do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, são de parecer que as peças examinadas representam adequadamente a situação patrimonial, orçamentária e financeira da instituição, devendo ser submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Espírito Santo e publicadas pelo Presidente do IPAJM.

Nota: o relatório poderá ser lido no endereço: <https://ipajm.es.gov.br/atas-do-conselho-fiscal>

Vitória – ES, 21 de março de 2018.

MARIA IVONETE BEZERRA DE SA THIEBAUT
Presidente do Conselho Fiscal

PEDRO SANTA ANNA ROSA
Representante - Poder Executivo

MARLY MARTHA DEPRA BITTENCOURT
Representante - Poder Legislativo

FABIO CARDOSO MELLO
Representante - Poder Judiciário

JOSE ANTONIO NAMEN CHALHUB
Representante - Segurados Inativos

HUMBERTO MILEIP DUARTE MACHADO
Representante - Segurados Ativos Cíveis

ROGERIO FERNANDES LIMA
Representante - Segurados Ativos Militares

Protocolo 385847

**A LEITURA
É O MELHOR
CAMINHO
PARA O
CONHECIMENTO.**

Biblioteca Pública
do Espírito Santo
3137-9351



www.dio.es.gov.br